M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

KPDS 1060120

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações do resultado abrangente **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

M12 Participações Empresariais Ltda.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M12 Particiapações Empresariais S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da M12 Particiapações Empresariais S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 3 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

M12 Participações Empresariais S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
Ativo		**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	14	12	404.174	220.566
Títulos e valores mobiliários	**8**	-	-	23.036	9.035
Contas a receber de clientes	**9**	-	-	302.415	278.635
Dividendos a receber	**28**	12.894	-	-	-
Estoques	**10**	-	-	663.772	491.953
Adiantamentos a fornecedores	**11**	-	-	145.190	60.689
Impostos a recuperar	**12**	1.710	-	36.409	107.110
Despesas antecipadas		-	-	3.713	2.199
Outros créditos		-	-	7.829	5.698
Total ativo circulante		**14.618**	**12**	**1.586.538**	**1.175.885**
Impostos a recuperar	**12**	-	-	7.083	-
Mutuo a receber		-	-	6.600	-
Depósitos judiciais	**21**	-	-	115.496	96.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**27**	-	-	52.806	49.832
Total do realizável a longo prazo		**-**	**-**	**181.985**	**146.607**
Imobilizado	**13**	-	-	54.338	81.292
Propriedade para investimentos		-	-	-	1.549
Direitos de uso dos ativos	**15**	-	-	40.763	40.089
Intangível	**14**	-	-	24.405	23.184
Investimentos	**16**	777.754	591.572	-	-
		777.754	591.572	119.506	146.114
Total do ativo não circulante		**777.754**	**591.572**	**301.491**	**292.721**
Total do ativo		**792.372**	**591.584**	**1.888.029**	**1.468.606**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
Passivo		**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Fornecedores	**17**	-	-	326.916	291.409
Empréstimos e financiamentos	**18**	-	-	185.211	116.030
Arrendamento mercantil	**15**	-	-	14.167	13.022
Salários e encargos sociais		-	-	13.705	12.009
Partes relacionadas	**28**	-	-	12.054	11.726
Obrigações tributárias	**19**	1.244	-	33.630	67.702
Outras obrigações	**20**	-	-	23.385	23.424
		1.244	**-**	**609.068**	**535.322**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	**18**	-	-	293.100	158.196
Arrendamento mercantil	**15**	-	-	29.371	29.091
Obrigações tributárias	**19**	-	-	11.080	11.309
Partes relacionadas	**28**	15.174	-	42.391	31.211
Provisão para contingências	**21**	-	-	109.512	102.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**27**	-	-	2.579	-
Outras obrigações	**20**	793	-	15.767	9.685
		15.967	**-**	**503.800**	**341.700**
Patrimônio líquido	**22**				
Capital social		11.424	11.424	11.424	11.424
Reserva de capital		-	6.932	-	6.932
Reserva de lucros		763.737	573.228	763.737	573.228
Total do patrimônio liquido		**775.161**	**591.584**	**775.161**	**591.584**
Total do passivo e patrimônio líquido		**792.372**	**591.584**	**1.888.029**	**1.468.606**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas líquida de vendas	**23**	-	-	2.094.916	1.802.525
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**24**	-	-	(1.252.069)	(1.128.235)
Lucro bruto		-	-	842.847	674.290
Despesas gerais e administrativas	**24**	(110)	-	(197.375)	(219.102)
Despesas comerciais	**24**	-	-	(283.947)	(203.118)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	**24**	-	-	(13.094)	(7.494)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	**25**	(1.651)	-	45.884	25.415
Resultado de equivalência patrimonial	**16**	285.388	-	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		283.627	-	394.315	269.991
Resultado financeiro	**26**				
Despesas financeiras		(9)	-	(74.638)	(78.165)
Receitas financeiras		21	-	49.301	41.415
Resultado financeiro		12	-	(25.337)	(36.750)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**27**	283.639	-	368.978	233.241
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(85.734)	(104.992)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	395	29.887
Lucro líquido do exercício		**283.639**	-	**283.639**	**158.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	283.639	-	283.639	158.136
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**283.639**		**283.639**	**158.136**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Reserva de capital	Reservas de lucro				
	Capital social subscrito	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Reserva legal**	**Reserva de subvenção**	**Reserva de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	-
Transferências de quotas de empresas coligadas	-	-	-	-	444.234	-	444.234
Lucro líquido do exercício						158.136	158.136
Constituição de reserva de subvenção	-	-	-	36.697	-	(36.697)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.297	-	-	(1.297)	-
Realização de reserva de reavaliação	-	6.932	-	-	-	(6.932)	-
Integralização de capital	11.424	-	-	-	-	-	11.424
Destinações:							
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(8.578)	(8.578)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(13.632)	(13.632)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	91.000	(91.000)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**11.424**	**6.932**	**1.297**	**36.697**	**535.234**	**-**	**591.584**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	283.639	283.639
Cisão parcial para a MN8	-	(10.136)	-	-	(30.373)	-	(40.509)
Realização de reserva de reavaliação		(2)			-	2	-
Reversão do IR e CS sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	3.206	-	-	-	-	3.206
Constituição de reserva de subvenção	-	-	-	31.618	-	(31.618)	-
Reserva legal	-	-	988	-	-	(988)	-
Destinações:							
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(44.910)	(44.910)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(17.849)	(17.849)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	188.276	(188.276)	-
Em 31 de dezembro de 2021	**11.424**	**-**	**2.285**	**68.315**	**693.137**	**-**	**775.161**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício		**283.639**	**-**	**283.639**	**158.136**
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	24	-	-	18.047	14.076
Encargos financeiros sobre arrendamentos	26	-	-	4.650	2.911
Resultado na baixa de imobilizado		-	-	(610)	(129)
Despesas de juros e variação cambial empréstimos	18	-	-	28.296	33.892
(Receitas) despesas de variação cambial fornecedores		-	-	(1.070)	405
Provisão para estoque	10	-	-	307	(391)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	-	15.664	5.732
Provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber	9	-	-	(2.570)	916
Provisões para contigências		-	-	(4.551)	2.802
Resultado não realizado em aplicações de renda variável		-	-	(2.006)	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-	85.339	75.105
Resultado de equivalência patrimonial	16	(285.388)	-	-	-
Indébito tributário (processo exclusão ICMS na base do PIS e COFINS)	12	-	-	(50.663)	(24.316)
		(1.749)	**-**	**374.472**	**269.139**
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	9	-	-	(21.203)	(84.977)
Estoques	10	-	-	(172.126)	(57.283)
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	(84.501)	17.119
Impostos a recuperar		-	-	64.754	(5.058)
Despesas antecipadas		-	-	(1.514)	1.092
Outros créditos a receber		-	-	(2.151)	(416)
Depósitos judiciais		-	-	(6.846)	602
Mútuo ativo com partes relacionadas		-	-	(6.600)	-
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		-	-	35.507	64.105
Salários e encargos sociais		-	-	1.684	1.813
Obrigações tributárias		(1.651)	-	(34.301)	19.983
Outras contas a pagar		(758)	-	9.001	2.508
Caixa (usado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(4.158)**	**-**	**156.176**	**228.627**
Juros pagos sobre empréstimos	18	-	-	(3.171)	(10.093)
Juros pagos sobre arrendamentos	15	-	-	(2.099)	(4.058)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(50.548)	(58.012)
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(4.158)**	**-**	**100.358**	**156.464**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	13	-	-	(17.483)	(12.531)
Aquisição de intangível	14	-	-	(399)	(723)
Dividendos e juros sobre capital prórpio recebidos		79.070	-	-	-
Aumento de capital em controlada		(30.000)	-	-	-
Aumento em títulos e valores mobiliários		-	-	(14.001)	(9.035)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**49.070**	**-**	**(31.883)**	**(22.289)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos tomados	18	-	-	317.829	129.520
Empréstimos e financiamentos pagos	18	-	-	(138.867)	(92.721)
Pagamento de passivos de arrendamento	15	-	-	(18.919)	(9.028)
Integralização de capital em dinehiro		-	12	-	12
Distribuição de lucros	22	(44.910)	-	(44.910)	(22.210)
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(44.910)**	**12**	**115.133**	**5.573**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**2**	**12**	**183.608**	**139.748**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	**12**	**-**	**220.566**	**80.818**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	**14**	**12**	**404.174**	**220.566**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A M12 Participações Empresariais S/A ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia foi constituída sob a forma de Companhia limitada, cujo contrato de constituição foi registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná em 19 de novembro de 2000. Em 8 de fevereiro de 2021, teve sua 1ª alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, através da qual, os sócios resolveram aprovar, sem restrições, a transformação do tipo societário da Companhia, que passou a ser sociedade por ações, para melhor atender a finalidade e os interesses sociais, com base nos artigos 1.113 e 1.072 do Código Civil e artigo 220 da Lei 6.404/76.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

O objeto social da Sociedade compreende as atividades de participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

A M12 Participações Empresariais S/A controla integralmente as seguintes empresas:

Ferragens Negrão Comercial Ltda. ("Ferragens Negrão")

Fundada em 3 de outubro de 1968, é uma Empresa que atua no ramo de comércio atacadista. Suas atividades abrangem: comércio, importação, exportação, representações comerciais, distribuição e comércio atacadista de ferragens, ferramentas, máquinas manuais e elétricas e pneumáticas de uso comercial, industrial e rural, solda em geral, motores, autopeças em geral, materiais de construção, elétricos e hidráulicos, tintas, adesivos, abrasivos, equipamentos de proteção, higiene, sinalização e segurança, arames, cabos de aço, telas em geral, artigos de plásticos e PVC, utensílios domésticos, artigos esportivos, pesca e camping, produtos para cine, foto e som, informática e microinformática, materiais de escritório e papelaria, eletrodomésticos e atividades comerciais de logística, inclusive com a prestação de serviços próprios ou de terceiros.

Até 09/08/2021, a Ferragens Negrão Comercial Ltda. controlava de forma direta a empresa Super Pró Comércio de Equipamentos Ltda. e indireta a Ferramentas Kennedy (controlada pela Super Pró). Nesta data, foi registrada, na Junta Comercial do Estado do Paraná, a 17ª alteração contratual da Super Pró Comércio de Equipamentos, que formalizou a retirada da Ferragens Negrão Comercial Ltda. do controle acionário, ao vender e transferir a totalidade de suas cotas para a M12 Participações Empresariais S.A..

Reestruturação societária

A Ferragens Negrão realizou a cisão parcial de seu patrimônio líquido à parte relacionada MN8 Locadora de Bens Ltda. no montante de R$ 28.005. A cisão é parte do processo de reorganização do Grupo, conforme detalhes na nota explicativa 22.

Super Pró Comércio de Equipamentos Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Paraná. A empresa foi constituída em 22 de maio de 2007 e se insere no seguimento de comércio, importação e exportação de produtos para Movimentação, Reparo e Operação (MRO), bem como, desde 2019, ampliou a rede para o varejo, atuando como um facilitador do lojista que atua no segmento de materiais para construção, ferragens, ferramentas, agropecuária, utilidades domésticas, jardinagem e camping.

Ferramentas Kennedy

Em 15 de janeiro de 2020, a Super-Pro Comércio de Equipamentos e Ferramentas Ltda. adquiriu 100% das cotas da Distribuidora de Ferramentas Kennedy Ltda., correspondendo a 100% do capital da Empresa, de seus cotistas ("Vendedores"), por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato"). A Ferramentas Kennedy é uma empresa de tradição no mercado de ferramentas que atua há mais de 25 anos comercializando ferramentas, máquinas e equipamentos para diversos segmentos. Atualmente trabalha com um mix completo de produtos pensados a partir das necessidades dos clientes, sejam eles em atuações específicas ou mesmo para uso pessoal.

Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.

É uma sociedade limitada com a Sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. É uma empresa que atua no ramo de comércio varejista, fundada em 18 de outubro de 1979. Suas atividades abrangem: distribuição, importação, exportação, comercialização de materiais de construção em geral, material elétrico e artigos de iluminação, materiais hidráulicos, lubrificantes, ferragens e ferramentas elétricas e manuais, tintas, vernizes e materiais para pintura, componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação, eletrodomésticos, equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, produtos saneantes domissanitário, manutenção e reparação de maquinas, aparelhos, materiais elétricos, equipamentos para agricultura e pecuária. A Empresa atende todos os estados da federação, por meio de suas unidades instaladas nas seguintes localidades: Campo Grande, Dourados, Ribas do Rio Pardo, Paranaíba, Aquidauana e Três Lagoas, todas as unidades instaladas no estado de Mato Grosso do Sul.

Reestruturação societária

A Sertão realizou a cisão parcial de seu patrimônio líquido à parte relacionada MN8 Locadora de Bens Ltda., no montante de R$ 12.504. A cisão é parte do processo de reorganização da Empresa, conforme detalhes na nota explicativa 22.

TBR Adesivos e Selantes Ltda.

É uma Sociedade limitada com sede em Curitiba, Estado do Paraná, que atua no ramo de comércio atacadista, fundada em 10 de abril de 2007. A Empresa tem por objetivo mercantil a comercialização, importação e exportação e representação comercial de materiais elétricos e hidráulicos para construção civil, ferragens, ferramentas, artigos de jardinagem, irrigação, máquinas, e aparelhos elétricos, eletrônicos, hidráulicos e pneumáticos, materiais para acabamento e produtos químicos, espuma expansiva de poliuretano, silicones e selantes para construção civil e indústria, convertedor de ferrugem, removedor de ferrugem, lubrificantes, detergentes e produtos de limpeza industrial, óleos para construção civil e industrial, desengraxantes, tintas, vernizes e acessórios para aplicação.

Theron Marketing Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Estado do Paraná e atua no ramo de comércio atacadista, fundada em 10 de setembro de 2007. A Empresa tem por objetivo mercantil

marketing, comércio, importação, exportação e representações comerciais de materiais elétricos e hidráulicos, ferragens e ferramentas, tintas, vernizes e similares, materiais de construção em geral, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, artigos de escritório e de papelaria, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar e lubrificantes.

Bigbay Comércio de Ferramentas, Materiais para Construção e Acabamentos Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Paraná e foi fundada em 23 de Fevereiro de 2015. Sua principal atividade é o comércio varejista de materiais de construção em geral. Os exercícios desta atividade e de suas atividades secundárias são feitas de forma virtual, onde a empresa apresenta um site para que o consumidor possa efetuar suas compras online.

Matsuyama Comercial Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Paraná e foi constituída em 28 de Março de 2014, no entanto, iniciou suas atividades operacionais apenas no ano de 2015. As atividades desempenhadas pela empresa são: Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças (Atividade Principal), comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, comércio atacadista de ferragens e ferramentas, comércio atacadista de bombas e compressores, partes e peças, manutenção e reparação de máquinas-ferramentas.

A WBR Equipamentos para Pintura Ltda.

É uma sociedade limitada, está sediada em São José dos Pinhais/PR, na avenida Rui Barbosa, 6226, sala F. A Wbr Equipamentos para Pintura Ltda. foi constituída em 25 de abril de 2016, no entanto, iniciou suas atividades operacionais apenas em agosto de 2016. As atividades desempenhadas pela empresa são: comércio atacadista e varejista, importação de pistolas pulverizadoras elétricas, equipamentos airless e rolos para pintura, peças e acessórios para manutenção e assistência técnica especializada nos produtos de revenda.

VDBN Representações Comerciais Ltda.

É uma sociedade limitada, está sediada em Rio Negro/PR, na avenida Xv de novembro, 840, sala A. A Vdbn Representacoes Comerciais Ltda, foi constituída em 14 de agosto de 2018. Sua atividade econômica principal é representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens.

Distintacor Comércio de Tintas e acessórios Ltda.

Iniciou suas operações no mês de maio de 2017 e tem como seu objeto social o comércio atacadista e varejista de tintas e acessórios para pintura em geral.

Através do Distrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná em 23/09/2021, encerrou suas atividades desde esta data.

Atacadão das Ferramentas Ltda.

Conforme registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, datado de 06 de Janeiro de 2021, foi constituída a sociedade empresarial limitada, com sede na Rua Senador Accioly Filho, n° 1575, Sala B, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, Estado do Paraná. Tem por objeto social o exercício das seguintes atividades econômicas: Comércio atacadista especializado em produtos intermediários, comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar, representantes

comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos, comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comércio atacadista de equipamentos de informática, comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, comércio atacadista de máquinas e equipamentos, partes e peças, comércio atacadista de ferragens e ferramentas, comércio atacadista de tintas, vernizes, comércio atacadista de materiais de construção, comércio varejista de material elétrico, comércio varejista de ferragens e ferramentas, comércio varejista de materiais de construção.

Aquisição ocorrida em 2020– Ferrramentas Kennedy

A Super-Pro considerou diversos fatores para a realizaçãoda transação com a Kennedy, tais como: (i) entrada na operação de varejo; (ii) obtenção do conhecimento da operação de vendas em ambiente virtual; (iii) potencial de crescimento da receita e da rentabilidade, com abertura de novas lojas e sinergias; (iv) segurança pela não competição dos antigos proprietários no ambiente de negócios.

As informações financeiras da Empresa foram analisadas com objetivo de compreender os indicadores financeiros da Kennedy e o comportamento da sua estrutura de receitas, custos e despesas, propiciando assim o entendimento, juntamente com informações da Administração e a análise de conjuntura sobre as perspectivas de performance futura do negócio.

(a) Resultado da avaliação econômica

A estimativa do valor justo para 100% do capital da Empresa, com base na expectativa de rentabilidade futura, foi de R$ 24.746. Tal estimativa foi obtida a partir do método de Fluxo de Caixa Descontado, com a data-base de aquisição. A composição dos resultados encontrados para a Empresa está apresentada a seguir:

Composição do valor de 100% das Cotas da empresa	
Valor presente do fluxo de caixa do explicito	15.404
(+) Valor presente da perpetuidade	28.304
(=) Valor das operações	43.708
(+/-) Dívida líquida	(18.962)
(=) Valor justo para 100% de participação	24.746

(b) Avaliação de ativos intangíveis

Força de trabalho

Representada pelos funcionários contratados que operacionalizavam o negócio da Empresa junto a clientes. A foça de trabalho foi avaliada através da Abordagem de Custo (*reproduction cost)* com o objetivo de determinar o custo de contratação e treinamento associado à reposição da força de trabalho. Apenas de ser mensurável, este intangível não é separável, fazendo parte

do ágio (*goodwill)* da operação.

A estimativa de valor justo da força de trabalho proporcional as cotas adquiridas pela Super-Pro foi de R$ 837.

Resultados da alocação do preço de aquisição – ágio	
Alocação do preço de aquisição	
Ativos operacionais	34.080
Passivos operacionais	(31.688)
Patrimônio líquido	2.392
Non compete	1.482
Parcela alocada / valor justo dos ativos e passivos adquiridos	3.874
Parcela não alocada (ágio)	21.219
Preço de aquisição	25.093

A formalização do fechamento da operação foi documentada no Contrato na mesma data. O preço total da transação foi de R$ 25.545, a ser pago da seguinte forma:

- Pagamento à vista no valor de R$ 7.791, na data de assinatura do contrato em 15/01/2020;
- Parcelas mensais durante 5 anos, no valor de R$ 83, com valor total de R$ 5.000;
- Parcelas anuais durante 5 anos, com valor total de R$ 5.000,
- Valor de R$ 7.754 retido para cobrir eventuais contingências.

O valor pago, trazido a valor presente, representou R$ 25.093. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo corresponde ao valor ainda não pago pela aquisição é de 12.375 (R$ 15.684 em 2020), registrado na conta Outras obrigações (vide nota 20).

Impactos relacionados à pandemia Covid-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de bastante incerteza, a Administração executou diversas iniciativas visando a preservação da saúde de seus colaboradores e a viabilidade operacional do Grupo.

Os principais eixos de atuação do Grupo foram:

(i) Saúde e segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros: além da interrupção das operações de nossas lojas e centros de distribuição durante os períodos determinados pelas autoridades, também promovemos o afastamento de colaboradores de grupos de risco para minimizar o risco de contágio. Adotamos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, como utilização de máscaras, higienização constante dos locais de trabalho, disponibilização de álcool gel para colaboradores e clientes, e limitação de acesso para evitar aglomerações;

(ii) Preservação do caixa do Grupo: através de tomadas de novas linhas de crédito, e postergaçãode investimentos e despesas não essenciais, e extensão de prazos com fornecedores;

(iii) Adequação do nível operacional: adequação de estoques para os novos níveis de venda e novo cenário de produção das indústrias e adequação da operação logística.

Tal situação não gerou impactos nas vendas anuais do Grupo e em suas projeções e disponibilidade de caixa, tendo sido o orçamento de 2021 e 2020 plenamente atingido. Em decorrênciada pandemia, não foram identificados indicadores de redução ao valor recuperável do Grupo, como por exemplo, imobilizado, estoques e contas a receber.

Além dessas medidas de curto prazo, o Grupo considera que, apesar da situação atual da disseminação do surto, as projeções de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 não deverão ser impactadas de forma relevante, assim como não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis de seus ativos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo em 03 de agosto de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- **Nota explicativa 27** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das ações (títulos e valores mobiliários) que foram mensuradas com base no valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

6.1 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle e até a data que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2021	2020
Ferragens Negrão Comercial Ltda.	Direto	100%	100%
Super-Pró Comércio de Equipamentos Ltda.	Direto	99,45%	99,45%
Ferramentas Kennedy	Indireto	100%	100%
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.	Direto	100%	100%
TBR Adesivos e Selantes Ltda.	Direto	100%	100%
Theron Marketing Ltda.	Direto	100%	100%
Matsuyama Comercial Ltda.	Direto	100%	100%
Bigbay Comércio de Ferramentas	Direto	100%	100%
Wbr Equipamentos para Pintura Ltda.	Direto	100%	100%
Vdbn Representacoes Comerciais Ltda.	Direto	100%	100%
Atacadão das Ferramentas	Direto	100%	100%
Distintacor Comercio de Tintas Ltda	Direto	100%	100%

(ii) Período comparativo

As informações comparativas estão sendo apresentadas de forma consolidada desde o início do período comparativo (1º de janeiro de 2020), pois mesmo a M12 sendo constituída em

novembro de 2020, todas as empresas incluídas nesta demonstração financeira estão sob controle comum desde o início do período comparativo apresentado.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intras-grupoo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o invenstimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam parao desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhe inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhe é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhe, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O Grupo classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhe inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhe também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se o Grupo realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial,mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado", que compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, bem como outros custos diretamente atribuíveis a aquisição e descontos comerciais e abatimentos. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment)*, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, custo de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entreos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado.Terrenos não são depreciados.As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.6 Intangível

(i) Software

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

(ii) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

6.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment)*

(i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(ii) Ativos fianeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

6.8 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.9 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.10 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto.

a. Atacado

O Grupo gera receita principalmente pela revenda de ferramentas, ferragens, máquinas e equipamentos como um distribuidor atacadista. Os clientes obtêm controle dos items vendidos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As definir o preço da transação o Grupo considera alta probabilidade que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada.

b. Varejo

O Grupo gera receita, principalmente, pela revenda de ferramentas, ferragens, máquinas e equipamentos no setor de varejo. Os clientes obtêm controle dos itens vendidos quando as mercadorias são entregues. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é

apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a operação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaiações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

6.12 Imposto de renda e contribuição social

(i) Tributação lucro real

As empresas tributadas pelo lucro real são as seguintes: M12 Participações Empresariais Ltda., Ferragens Negrão Comercial Ltda., Super Pró Comércio de Equipamentos Ltda., Ferramentas Kennedy, Sertão Comercial de Equipamentos Ltda., Bigbay Comércio de Ferramentas, Materiais para Construçãoe Acabamentos Ltda., Matsuyama Comercial Ltda.,WBR Equipamentos para Pintura Ltda e Atacadão das Ferramentas Ltda..

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se

houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

(ii) Tributação lucro presumido

As empresas tributadas pelo lucro presumido são as seguintes: TBR Adesivos e Selantes Ltda., Theron Marketing Ltda., Distintacor Comércio de Tintas e acessórios Ltda. e VDBN Representações Comerciais Ltda..

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”)

e a contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), abrangendo imposto corrente, que são calculados com base no lucro presumido, de acordo com o disposto nos artigos 516 a 528 do Regulamento do Imposto de Renda.

6.13 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

a. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base emseu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos

de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

b. Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

6.14 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	14	12	8.512	27.067
Aplicações financeiras (a)	-		395.662	193.499
	14	**12**	**404.174**	**220.566**

(a) Certificados de depósitos bancário e fundos de investimento renda fixa, com rendimento que variam entre 90 e 117% do CDI, para 2021 e 2020. Referem-se a aplicações financeiras que possuem liquidez imediata.

8 Títulos e valores mobiliários (consolidado)

	Remuneração	**2021**	**2020**
Notas do Tesouro Nacional	100% Selic	935	2.211
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs	100 % Selic	1.123	4.225
Fundos de investimento (i)	102% CDI	16.439	2.599
Renda variável		4.539	-
		23.036	**9.035**

(i) Refere-se aos fundos de investimentos multimercado, mantidos junto ao Banco BTG, substancialmente em aplicações de renda fixa atreladas ao CDI.

Os títulos calssificados como títulos e valores mobiliários têm características de investimentos, e embora não haja restrição de liquidez, a intenção da administração é de manter os inventimentos até o vencimento.

9 Contas a receber (consolidado)

	2021	**2020**
Contas a receber de clientes (a)	308.783	287.573
Perda por redução ao valor recuperável (b)	(6.368)	(8.938)
	302.415	**278.635**

O Grupo possui contrato de financiamento com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 158.705 (2020: R$ 98.229).

A composição do saldo de contas a receber por vencimento é como segue:

a. Composição contas a receber de clientes

	2021	2020
A vencer	280.709	250.960
Vencidos de 1 a 30 dias	14.516	13.520
Vencidos de 31 a 60 dias	4.673	7.195
Vencidos de 61 a 90 dias	2.878	8.518
Vencidos de 91 a 180 dias	5.962	5.771
Vencidos acima de 180 dias	45	1.609
Perda por redução ao valor recuperável (b)	(6.368)	(8.938)
	302.415	**278.635**

b. Perda por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras de perda incorrida e também baseado em perdas de crédito esperadas, calculadas sobre a perda potencial pela probabilidade de inadimplência que gira em torno de 0,7% (0,7% em 2020). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(5.010)**
Constituições	(7.469)
Utilizações	3.541
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(8.938)**
Constituições	(2.592)
Utilizações	5.162
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(6.368)**

10 Estoques (consolidado)

	2021	2020
Mercadoria para revenda	596.734	425.686
Importação em andamento	67.038	66.267
	663.772	**491.953**

Em 2021, o custo dos produtos para revenda incluídos no 'Custo das vendas' totalizou R$ 1.266.657 (2020: R$ 1.132.090).

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 21.100 (2020: R$ 20.793), no consolidado.

As principais premissas utilizadas para o cálculo da redução ao valor realizável líquido são:

- Itens sem giro - são considerados itens sem giro, os itens sem venda, em todos os estabelecimentos do Grupo, nos últimos 180 dias.
- Obsoletos - são considerados itens com baixa demanda e com baixa expectativa de realização por diversos fatores ligado à obsolescência do item.
- Com excesso - são considerados itens em que possuem venda corrente, mas que quantitativamente excedem o nível de segurança estipulados pelo Grupo.

A seguir, é demonstrada a movimentação da provisão para perdas com estoques:

	2021	2020
Saldo inicial	22.386	18.913
Constituição	6.021	15.736
Reversão/utilização	(7.307)	(13.856)
Saldo final	**21.100**	**20.793**

11 Adiantamentos a fornecedores (consolidado)

	2021	2020
Adiantamento fornecedor nacional	43.563	27.186
Adiantamento fornecedor estrangeiro	94.765	27.672
Devolução de fornecedor	6.689	3.996
Outros créditos ICMS ST fornecedor	173	1.835
	145.190	**60.689**

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a antecipações com alguns fornecedores para compra de produtos de revenda, a serem realizadas em 2022.

Os valores referentes a devoluções de fornecedores serão compensados com saldos a pagar no decorrer de 2022.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	1.710	-	3.933	2.571
ICMS s/ ativo imobilizado	-	-	3.547	127
ICMS-ST a restituir	-	-	2.772	3.533
Imposto sobre Circulação de Mercadorias ICMS)	-	-	3.101	6.578
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	228	115
Cofins – exclusão da base do ICMS (i)	-	-	7.730	63.623
Pis – exclusão da base do ICMS (ii)	-	-	2.837	28.154
IRPJ/CSLL sobre atualização Selic ações judiciais (iii)	-	-	15.739	-
IRPJ/CSLL sobre atualização Selic processos administrativos (iv)	-	-	852	-
Outros	-	-	2.753	2.409
	1.710	**-**	**43.492**	**107.110**

(i) Reconhecimento de créditos de exclusão da COFINS da base de cálculo do ICMS, nas seguintes empresas:

Ferragens Negrão Comercial Ltda.: em agosto de 2019, devido ao êxito transitado em julgado obtido sobre o processo pelo qual a Ferragens Negrão solicitava excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, juntamente com o direito de retroagir o crédito por cinco anos, foi reconhecido, o crédito extemporâneo do COFINS atualizado, a partir de janeiro de 2002. No caso da Ferragens Negrão a decisão que transitou em julgado limitou-se a dizer que o ICMS deve ser excluído da base da COFINS, sem definir se é o ICMS destacado nas notas fiscais ou o ICMS pago. Face ao posicionamento do STF e com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, a Empresa calculou o referido crédito tributário com base na exclusão do ICMS destacado. Quanto à possibilidade de ação rescisória ou de modulação que possa afetar o direito já reconhecido, entendemos que os riscos são baixíssimos. A rescisória entendemos ser incabível porque a decisão favorável à Empresa se deu de acordo o entendimento consolidado do STF; a modulação, por sua vez, entendemos ser incabível para processos em andamento, especialmente para aqueles já transitados em julgado.

O efeito dessa decisão foi apurado pela Ferragens Negrão e foi reconhecido, em 2020, o montante de R$ 63.880 referente aos débitos de COFINS apurados a maior, sendo R$ 27.772 registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas), líquidas"e R$ 34.504 na rubrica "Receitas Financeiras" por se tratar de atualização pela SELIC, o qual constitui a melhor estimativa da Ferragens Negrão com base no levantamento de informações e documentos disponíveis e com o suportede seus assessores jurídicos.

Em 30 de julho de 2021, foram reconhecidos créditos no montante de R$ 32.936 referentes ao ICMS na base de cálculo da COFINS, do período compreendido entre Março de 2017 e Abril de 2021, sendo R$ 30.554 registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas), líquidas" e R$ 2.382 na rubrica "Receitas Financeiras" por se tratar de atualização pela SELIC. Estes créditos foram parcialmente compensados no decorrer do exercício de 2021, via PERDCOMP.

Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.: O processo nº 5392-94.2007.4.03.6000 pelo qual a Empresa solicita exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, juntamente com o direito de retroagir o crédito por cinco anos, não transitou em julgado até 31/12/2021. Foi reconhecido o crédito extemporâneo do COFINS atualizado a partir de janeiro de 2002. Face posicionamento do STF a Empresa calculou o referido crédito tributário com base na exclusão do ICMS destacado.

(ii) Reconhecimento de créditos de exclusão do PIS da base de cálculo do ICMS, especialmente nas seguintes empresas:

Ferragens Negrão Comercial Ltda.: em agosto de 2020, devido ao êxito transitado em julgado obtido sobre o processo pelo qual a Ferragens Negrão solicitava excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, juntamente com o direito de retroagir o crédito porcinco anos, foi reconhecido, o crédito extemporâneo do PIS atualizado, a partir de janeiro de 2002.

O efeito dessa decisão foi apurado pela Ferragens Negrão e foi reconhecido, em 2020, o montante de R$ 24.316 referente aos débitos de PIS apurados a maior, sendo R$ 16.307 registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas), líquidas" e R$ 9.294 na rubrica "Receitas Financeiras" por se tratarde atualização pela SELIC, o qual constitui a melhor estimativa da Ferragens Negrão com base no levantamento de informações e documentos disponíveis e com o suporte de seus assessores jurídicos.

Em 2021, os saldos foram atualizados pela Selic e compensados via PERDCOMP no decorrer do exercício.

Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.: o processo nº 5393-79.2007.4.03.6000 pelo qual a Empresa solicita exclusão o ICMS da base de cálculo do PIS, juntamente com o direito de retroagir o crédito por cinco anos, não transitou em julgado até 31/12/2021. Foi reconhecido o crédito extemporâneo do PIS atualizado a partir de janeiro de 2002. Face posicionamento do STF a Empresa calculou o referido crédito tributário com base na exclusão do ICMS destacado. Este se encontra em vias de homologação acordão favorável.

Na **Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.**, com efeito da decisão STF em 05/2021, foi apurado pela Empresa e reconhecido, em 2021, o montante de R$ 8.673 referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior, sendo R$ 4.693 registrado na rubrica de "Outras receitas" e R$ 3.980 de atualização pela SELIC, registrado na rubrica "receitas financeiras", o qual constitui a melhor estimativa da Empresa com base no levantamento de informações e documentos disponíveis e com o suporte de seus assessores jurídicos.

Na **Super-Pro Comércio de Equipamentos e Ferramentas Ltda.**, foram reconhecidos R$ 2.552 de créditos de PIS e COFINS em Dezembro de 2020, tendo sido este montante atualizado e parcialmente compensado no decorrer de 2021, restando saldo de R$ 1.227 em 31/12/2021.

(iii) O valor registrado em 31 de dezembro de 2021 se refere a estimativa de recuperabilidade do pagamento indevido de Imposto de Renda e Contribuição Social, da Ferragens Negrão, pagos sobre os valores de atualização Selic sobre créditos tributários de PIS e COFINS transitados em julgado e habilitados em 2020. A contrapartida foi lançada como redutora da despesa do imposto de renda do exercício. A administração espera realizar o valor integral em 2022.

(iv) O valor registrado em 31 de dezembro de 2021 se refere a estimativa de recuperabilidade do pagamento indevido de Imposto de Renda e Contribuição Social, também da Ferragens Negrão, pagos sobre os valores de atualização Selic sobre créditos tributários de COFINS do período compreendido entre março de 2017 e maio de 2021, utilizados em 2021, com base em processo administrativo.

13 Imobilizado (consolidado)

a. Composição do saldo

	2021				2020
Descrição	**Taxa de depreciação % a.a.**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Terrenos	-	390	-	390	8.638
Edificações	4%	7.635	(801)	6.834	11.882
Instalações prediais	10%	8.673	(2.507)	6.166	9.855
Veículos	20%	1.649	(1.131)	518	711
Móveis e utensílios	10%	35.664	(12.813)	22.851	15.802
Máquinas e equipamentos	10%	12.695	(5.547)	7.148	6.468
Equipamentos de informática	20%	6.966	(5.252)	1.714	1.412
Obras em andamento	-	6.867	-	6.867	25.065
Demais imobilizações	10%	2.857	(1.007)	1.850	1.459
Total		**83.396**	**(29.058)**	**54.338**	**81.292**

b. Movimentação do custo e depreciação acumulada

	Terrenos	Edificações	Instalações Prediais	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Obras em andamento	Veículos	Demais imobilizações	Total
Custo										
Em 31 de dezembro de 2019	**8.638**	**15.519**	**11.290**	**21.689**	**8.054**	**5.533**	**22.370**	**1.970**	**1.662**	**96.726**
Adições	-	-	545	1.035	1.832	753	7.498	212	656	12.531
Baixas	-	-	(38)	(21)	(136)	(69)	-	(189)	-	(453)
Transferência	-	-	-	3.642	1.161	-	(4.803)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**8.638**	**15.519**	**11.797**	**26.345**	**10.911**	**6.217**	**25.065**	**1.993**	**2.318**	**108.803**
Adições	-	-	2.268	9.947	1.845	797	2.087	-	539	17.483
Transferências	-	20.285	-	-	-	-	(20.285)	-	-	-
Baixas	(1.566)	(430)	(167)	(628)	(61)	(48)	-	(344)	-	(3.244)
Cisão (i)	(6.682)	(30.177)	(5.225)	-	-	-	-	-	-	(42.084)
Em 31 de dezembro de 2021	**390**	**5.197**	**8.673**	**35.664**	**12.695**	**6.966**	**6.867**	**1.649**	**2.857**	**80.958**
Depreciação acumulada										
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(2.500)**	**(1.521)**	**(8.762)**	**(3.522)**	**(4.370)**	**-**	**(1.170)**	**(716)**	**(22.561)**
Depreciação	-	(1.137)	(423)	(2.043)	(943)	(487)	-	(349)	(143)	(5.525)
Baixa de depreciação	-	-	2	262	22	52	-	237	-	575
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(3.637)**	**(1.942)**	**(10.543)**	**(4.443)**	**(4.805)**	**-**	**(1.282)**	**(859)**	**(27.511)**
Depreciação	-	(153)	(574)	(2.584)	(1.152)	(485)	-	(194)	(148)	(5.290)
Baixa de depreciação	-	1.414	9	314	48	38	-	345	-	2.168
Cisão (i)	-	1.575	-	-	-	-	-	-	-	1.575
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(801)**	**(2.507)**	**(12.813)**	**(5.547)**	**(5.252)**	**-**	**(1.131)**	**(1.007)**	**(29.058)**
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2019	8.638	13.019	9.769	12.927	4.532	1.163	22.370	800	946	74.164
Em 31 de dezembro de 2020	8.638	11.882	9.855	15.802	6.468	1.412	25.065	711	1.459	81.292
Em 31 de dezembro de 2021	390	6.834	6.166	22.851	7.148	1.714	6.867	518	1.850	54.338

(i) Cisão de ativos imobilizados
O saldo residual cincido perfaz R$ 40.509, sendo R$ 42.084 referente ao custo e R$ 1.575, depreciação. Referem-se a ativos cindidos das empresas controladas Ferragens Negrão e Sertão Comercial junto à parte relacionada MN8 Locadora de Bens Ltda, como parte do processo de reorganização do Grupo, conforme detalhes na nota 22.

Valor recuperável do ativo imobilizado (Impairment)

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados por valores superiores aos seus valores recuperáveis.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração realizou tais testes e não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores que seus valores contábeis.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, e o Grupo neste exercício manteve a estimativa em relação ao valor residual e as taxas de depreciação (vidas úteis) utilizadas no exercício anterior.

14 Intangível (consolidado)

	2021	2020
Softwares e programas (a)	930	1.358
Ágio na aquisição de controlada (b)	21.224	21.219
Outros	2.251	607
Total	**24.405**	**23.184**

a. Softwares e programas

	2021			2020
	Custo	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares e programas	6.055	(5.125)	930	1.358
Total	**6.055**	**(5.125)**	**930**	**1.358**

	Softwares e programas	**Total**
Em 31 de dezembro de 2019	**4.933**	**4.933**
Adições	723	723
Em 31 de dezembro de 2020	**5.656**	**5.656**
Adições	399	399
Em 31 de dezembro de 2021	**6.055**	**6.055**
Amortização acumulada		

	Softwares e programas	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**(3.922)**	**(3.922)**
Amortização	(376)	(376)
Em 31 de dezembro de 2020	**(4.298)**	**(4.298)**
Amortização	(827)	(827)
Em 31 de dezembro de 2021	**(5.125)**	**(5.125)**
Saldo líquido		
Em 31 de dezembro de 2019	1.011	1.011
Em 31 de dezembro de 2020	1.358	1.358
Em 31 de dezembro de 2021	930	930

b. Ágio na aquisição de controlada

Em 15 de janeiro de 2020, a Super-Pro adquiriu 100% das cotas da Ferramentas Kennedy (vide nota explicativa 1).

Teste de impairment do ágio

Foi realizado teste de *impairment* para o ágio pago na aquisição do investimento na Ferramentas Kennedy. O modelo utilizado foi de fluxo de caixa descontado para os próximo 5 anos mais o periodo deperpetuidade.

As premissas chaves utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são:

Descrição	
Taxa de desconto	10,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade (i)	5,2%

(i) As projeções foram efetuadas partindo do valor estimado para 2021, com a reposição da inflação medida pelo IPCA sobre os preços conjugada com crescimento de volume decorrente da abertura de uma nova loja por ano e manutenção da margem bruta em 30%.

Os valores de ágio apurados na aquisição da Ferramentas Kennedy, está sujeito a avaliação de impairment (redução ao valor recuperável). O Grupo avaliou para impairment, revisitando as premissas utilizadas no cálculo de fluxo de caixa descontado. O fluxo de caixa foi baseado em uma projeção nominal para os próximos 5 anos, iniciando-se em janeiro de 2020, a partir de 2025 consideramos uma perpetuidade com crescimento equivalente a expectativa de inflação de longo prazo. Apesar do volume de vendas reduzido, diante das premissas utilizadas para as projeçoes, esta redução não comprometeu a geração de caixa e a perpetuidade. Para o ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura, não foi identificada a necessidade de ajustes para perda por redução do valor de recuperação na última avaliação anual efetuada, em 31 de dezembro de 2021.

15 Arrendamento mercantil (consolidado)

O Grupo arrenda centros de distribuição para a armazenamento das mercadorias nas filiais. Esses arrendamentos são feitos pelo prazo médio de cinco a dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento sem aautorização do locatário.
Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado:

Classe de ativo	01/01/2020	Adições	Depreciação	01/01/2021	Adição	Depreciação	31/12/2021
Imóveis	28.410	24.616	(12.937)	40.089	17.344	(16.670)	40.763
	28.410	**24.616**	**(12.937)**	**40.089**	**17.344**	**(16.670)**	**40.763**

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019.

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. A movimentação do passivo de arrendamento e os vencimento das parcelas estão demonstrados nas tabelas seguir:

	2021	**2020**
Saldo anterior	42.113	29.659
Novos contratos	8.894	8.941
Juros incorridos	4.304	3.281
Pagamentos de principal	(18.919)	(9.028)
Pagamento de juros	(2.099)	(4.058)
Aumento no período	9.245	18.691
Baixa	-	(1.648)
Ajuste a valor presente	-	(3.725)
Saldo final	**43.538**	**42.113**
Passivo circulante	14.167	13.022
Passivo não circulante	29.371	29.091

	2021	**Percentual**
Um ano (2022)	14.167	32%
Dois anos (2023)	12.934	30%
Três anos (2024)	8.181	19%
Quatro anos (2025)	4.753	11%
Maior ou igual a cinco anos (2026 e seguintes)	3.503	8%
	43.538	**100%**

16 Investimentos (controladora)

16.1 Informações das empresas controladas

	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2021				
Ferragens Negrão Comercial Ltda.	1.428.790	818.525	610.265	231.421
Super-Pró Comércio de Equipamentos Ltda.	93.246	64.042	29.204	3.124
Ferramentas Kennedy	38.848	38.526	322	2.379
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.	184.409	92.455	91.954	28.125
TBR Adesivos e Selantes Ltda.	17.949	6.329	11.620	6.774
Theron Marketing Ltda.	32.720	13.600	19.120	9.672
Matsuyama Comercial Ltda.	42.703	31.852	10.851	3.111
Bigbay Comércio de Ferramentas	35	828	(793)	-
Wbr Equipamentos para Pintura Ltda.	18.428	15.452	2.976	1.381
Vdbn Representacoes Comerciais Ltda.	2.644	1.134	1.510	3.257
Atacadão das Ferramentas	148	74	74	16
Distintacor Comercio de Tintas Ltda.	(10)	-	(10)	(102)
Total	**1.859.910**	**1.082.817**	**777.093**	**289.158**

	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2020				
Ferragens Negrão Comercial Ltda.	1.100.023	623.366	476.485	157.145
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.	157.855	81.731	76.124	19.210
Theron Marketing Ltda.	23.800	5.950	17.850	10.392
TBR Adesivos e Selantes Ltda.	14.391	5.047	9.344	6.326
Matsuyama Comercial Ltda.	23.670	15.934	7.736	3.036
Wbr Equipamentos para Pintura Ltda.	10.359	8.763	1.596	1.614
Vdbn Representacoes Comerciais Ltda.	3.111	957	2.154	1.911
Bigbay Comércio de Ferramentas	83	869	(786)	(181)
Distintacor Comercio de Tintas Ltda.	47	(665)	712	(78)
	1.333.339	**741.952**	**591.215**	**199.375**

16.2 Composição do saldo de investimento

Controladas	**Participação (%)**	**Valor do investimento 01/01/2020**	**Transferência de quotas**	**Valor do investimento 31/12/2020**
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda	100	**-**	76.403	**76.403**
Super-Pro Comercio de Equipamentos e Ferramentas Ltda	99,45	**-**	-	**-**
Theron Marketing Ltda	100	**-**	17.848	**17.848**
Tbr Adesivos e Selantes Ltda	100	**-**	9.346	**9.346**
Matsuyama Comercial Ltda	100	**-**	7.741	**7.741**
Vdbn Representações Comerciais Ltda	100	**-**	2.153	**2.153**
Bigbay Comercio de Ferramentas, Materiais de Construção e Acabamento ltda.	100	**-**	-	**-**
Wbr Equipamentos para Pintura ltda	100	**-**	1.596	**1.596**
Ferragens Negrão Comercial Ltda	100	**-**	476.485	**476.485**
Atacadão das Ferramentas Ltda	100	**-**	-	**-**
Total		**-**	**591.572**	**591.572**

Em 31 de dezembro de 2020 o cotistas pessoas físicas das investidas transferiram as respectivas Participações para M12 Participações Empresariais Ltda.

Controladas	**Participação (%)**	**Valor do investimento 31/12/2020**	**Aporte de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Lucros/JCP recebidos**	**Cisão parcial**	**Valor do investimento 31/12/2021**
Ferragens Negrão Comercial Ltda	100	**476.485**	-	231.421	(72.167)	(28.005)	**607.734**
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda	100	**76.403**	-	28.125	(2.997)	(9.298)	**92.233**
Super-Pro Comercio de Equipamentos e Ferramentas Ltda	99,45	**-**	30.000	1.631	-	-	**31.631**
Theron Marketing Ltda	100	**17.848**	-	9.672	(8.400)	-	**19.120**
Matsuyama Comercial Ltda	100	**7.741**	-	3.111	-	-	**10.852**
Tbr Adesivos e Selantes Ltda	100	**9.346**	-	6.774	(4.500)	-	**11.620**
Vdbn Representações Comerciais Ltda	100	**2.153**		3.257	(3.900)	-	**1.510**
Wbr Equipamentos para Pintura ltda	100	**1.596**	-	1.381	-	-	**2.977**
Atacadão das Ferramentas Ltda	100	**-**	60	16	-	-	**76**
Bigbay Comercio de Ferramentas, Materiais de Construção e Acabamento ltda.	100	**-**	1	**-**	-	-	**1**
		591.572	**30.061**	**285.388**	**(91.964)**	**(37.303)**	**777.754**

17 Fornecedores (consolidado)

O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de 52 dias (57 dias em 2020). As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustadaa valor presente quando necessário.

	2021	2020
Fornecedores nacionais	182.376	213.679
Fornecedores exterior	77.502	11.150
Importação em andamento	67.038	66.580
	326.916	**291.409**

18 Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Os empréstimos para capital de giro são garantidos por avalistas e recebíveis das respectivas empresas. Os contratos de arrendamento mercantil e Finame possuem como garantia os próprios ativos arrendados.

Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos:

Instituição Financeira	Taxa	Modalidade	Inicio	Término	2021	2020
Banco Bradesco	USD + 3,47% a 4,11% a.a. e CDI + 1,34% a.m.	Capital de Giro	14/11/2019	14/11/2024	12.963	36.159
Banco do Brasil	CDI + 2,00% a 2,27% a.a. e 123% CDI	Capital de Giro	09/10/2017	15/07/2026	114.140	81.320
Banco Itaú	CDI + 1,55% a 1,70% a.a.	Capital de Giro	13/02/2019	25/03/2026	103.363	30.594
Banco Safra	CDI + 3,53% a.a.	Capital de Giro	01/11/2018	30/04/2026	45.042	21.042
Banco Santander	USD + 4,83% a.a.	Capital de Giro	10/03/2020	30/04/2026	104.035	30.593
Caixa Econômica Federal	CDI + 3,16% a.a.	Capital de Giro	28/06/2019	28/06/2023	24.000	43.125
Banco Bradesco	USD + 4,70% a.a.	FINIMP	15/01/2021	21/01/2022	4.105	3.941
Banco do Brasil	USD + 4,69% a.a.	FINIMP	24/02/2021	24/02/2022	9.064	3.940
Banco Itaú	USD + 6,18% a.a.	FINIMP	18/03/2021	25/03/2022	12.802	6.914
Banco Safra	USD + 4,85% a.a.	FINIMP	03/08/2020	31/03/2021	-	585
CCB China Construction Bank	USD + 5,49% a.a.	FINIMP	15/12/2021	05/12/2023	22.952	9.696
Banco Citibank	USD + 2,35% a.a.	FINIMP	29/11/2021	28/12/2022	23.132	-
Banco Alfa	0,92% a.m. a 1,27% a.m.	Leasing	12/05/2018	23/10/2023	2.684	6.237
BNDES		Finame			30	81
Passivo circulante					185.211	116.030
Passivo não circulante					293.100	158.196
					478.311	**274.226**

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2021:

Instituição	2020	Adições	Juros apropriados	Amortização	Pagamento de juros	Variação cambial	2021
Banco do Brasil (Capital de Giro)	81.320	60.000	6.561	(33.096)	(646)	-	114.140
Banco Itaú (Capital de Giro)	30.594	80.000	5.517	(12.607)	-	(140)	103.363
Banco Bradesco (Capital de Giro)	36.159	-	1.981	(25.302)	(545)	671	12.963
Banco Santander (Capital de Giro)	30.593	80.000	5.372	(11.931)	-	-	104.035
Banco Safra (Capital de Giro)	21.042	31.500	2.881	(9.540)	(841)	-	45.042
Banco Caixa (Capital de Giro)	43.125	-	2.608	(21.733)	-	-	24.000
Banco Alfa, IBM, Sant. Brad. Day. (Arrendamento Mercantil)	6.237	211	731	(4.495)	-	-	2.684
Banco do Brasil (Finimp)	3.940	8.686	258	(4.001)	-	180	9.064
Banco Bradesco (Finimp)	3.941	5.638	92	(5.762)	(139)	335	4.105
Banco CCB (Finimp)	9.696	23.004	111	(9.586)	(483)	210	22.952
Banco Safra(Finimp)	585	-	5	(453)	(195)	58	-
Banco Itaú (Finimp)	6.914	5.548	379	(312)	(322)	596	12.802
Banco Citibank (Finimp)	-	23.242	50	-	-	(160)	23.132
BNDS	81	-	-	(51)	-	-	30
	274.226	**317.829**	**26.546**	**(138.867)**	**(3.171)**	**1.750**	**478.311**

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2020:

Instituição	2019 (não auditado)	Adições	Juros apropriados	Amortização de princpial e juros	Variação Cambial	2020
Alfa e Daycoval	5.093	881	752	(4.136)	-	2.590
Banco IBM	90	-	21	(111)	-	-
Banco Bradesco	53.978	48	3.150	(26.552)	9.525	40.149
Banco do Brasil	56.074	48.750	3.046	(24.081)	1.158	84.947
Banco Itaú	37.628	6.497	1.885	(8.658)	154	37.506
Banco Safra	29.106	3.174	1.540	(10.728)	1.082	24.174
Banco Santander	12.226	30.170	1.403	(15.824)	3.982	31.957
Caixa Econômica Federal	4.375	40.000	1.255	(2.505)	-	43.125
BNDS	116	-	-	(35)	-	81
CCB China ConstructionBank	14.942	-	269	(10.184)	4.670	9.697
	213.945	**129.520**	**13.321**	**(102.814)**	**20.571**	**274.226**

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas:

	2021
Um ano (2022)	185.211
Dois anos (2023)	55.517
Três anos (2024)	12.963
Quatro anos (2025)	65.542
2025 em diante	159.078
	478.311

Covenants financeiros

O Grupo detém empréstimos bancários com cáusulas de covenants, na controlada Ferragens Negrão, os quais totalizam R$ 247.000 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 87.000 em 2020), que prevê cláusulas de obrigações especiais referentes à manutenção de covenants. Os contratos estabelecem que ao final de cada exercício a dívida líquida do Grupo não pode exceder 3 (três) vezes o Ebitda (calculado conforme definido em contrato). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo cumpriu com as cláusulas contratuais previstas nestes contratos.

Garantias

O Grupo possui contrato de financiamento com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cuja montante das garantias em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 158.705 (2020 - R$ 98.229).

19 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	388	-	5.034	5.733
CSLL a recolher (ii)	-	-	3.825	13.510
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	12.214	8.438
IRPJ a recolher (ii)	-	-	7.927	35.608
Parcelamentos fiscais (i)	-	-	11.479	11.571
Programa de Integração Social (PIS)	84	-	318	263
Outros	772	-	3.913	3.888
Total	**1.244**	**-**	**44.710**	**79.011**
Passivo circulante	1.244	-	33.630	67.702
Passivo não circulante	-	-	11.080	11.309

(i) Saldo composto, em sua maioria, por parcelamentos fiscais nos termos da Lei 11.941/2009 iniciado em 08/2009 e divido em 51 parcelas atualizado pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Grupo encontra-se adimplente com os parcelamentos em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Variação significativa decorre da contabilização do IRPJ e CSLL decorrente da habilitação do crédito da COFINS, deferida em dezembro de 2020, acerca do indébito tributário registrado em 2019.

20 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Comissões a representantes (i)	-	-	16.442	15.746
Aquisição controlada (ii)	793	-	12.195	15.684
Outras obrigações	-	-	10.515	1.679
Total	**793**	**-**	**39.152**	**33.109**
Passivo circulante	-	-	23.385	23.424
Passivo não circulante	793	-	15.767	9.685

(i) Referem-se as notas fiscais recebidas dos representantes e também a provisão para pagamento, conforme política de recebimento e contrato**.**

(ii) O preço total da transação foi de R$ 25.545 (veja detalhes na nota explicativa 1), sendo este o valor pago pela participação da Kennedy, na data de assinatura do contrato.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor a pagar está composto da seguinte forma:

	2021	**2020**
Parcelas contratuais	12.375	15.985
Ajuste a valor presente	(180)	(301)
Saldo em 31 de dezembro	**12.195**	**15.684**

21 Provisão para contingências (consolidado)

Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão. As provisões são consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

O Grupo possui registradas as seguintes provisões para fazer face às eventuais demandas judiciais:

a. Provisões com depósitos judiciais

	2021	2020
Depósitos judiciais - Processos Tese Jurídica	105.057	93.202
Provisão IPI com Processo Judicial (b)	(52.693)	(50.338)
Provisão Pis e Cofins - ICMS ST	(4.017)	(4.017)
Provisão Pis e Cofins com Processo Judicial (a)	(48.347)	(38.847)
Outros depósitos judiciais	10.439	3.573
	10.439	**3.573**

(a) Processo de PIS e COFINS, o qual a Ferragens Negrão Comercial Ltda. figura como autora e pleiteia a recuperação dos créditos de PIS e COFINS oriundos de valores pagos a representantes comerciais, SAC 0800, frete sobre transferências entre filiais, gráfica e encargos com depreciação do ativo imobilizado, como passíveis de serem deduzidos na apuração destas contribuições.

(b) Processos referentes ao IPI tributado nas operações de revenda de mercadorias importadas pela FerragensNegrão (matriz e filiais).

Para as demandas acima, o Grupo vem depositando judicialmente o valor dos impostos sobre estas transações, e reconhece provisão para contingência, em decorrência do não pagamento dos impostos junto as autoridades fiscais.

Contratação de seguro garantia

Em 02/2021, o Grupo efetuou a contração de um seguro garantia que tem por objeto garantir até o limite máximo de garantia indicado na Apólice, o valor discutido nos autos da Ação relacionado ao débito tributário de PIS/COFINS, no montante de R$ 39.523, mencionada na nota (a) acima, e no montante de R$ 70.000 referente ao débito tributário de IPI, discutido na Ação mencionada na nota (b) acima. Este seguro se refere estritamente à utilização para substituir os depósitos judiciais vinculados às referidas ações tributárias, estando pendente o deferimento pelo Poder Judiciário.

b. Demais provisões

	2021	2020
Tributárias	3.200	3.200
Trabalhistas	205	232
Cível	1.050	5.574
	4.455	**9.006**

c. Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em 31 de dezembro de 2021 no montante estimado de R$ 4.080 (R$ 3.311 em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS's* não requerem sua contabilização.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado da seguinte forma:

	2021	2020
Quantidade de cotas/ações	11.424	11.424
Valor unitário	1,00	1,00
Valor total	11.424	11.424

A participação no capital social de cada sócio ficou assim distribuída:

Sócio	Quantidade de quotas	Valor unitário	Valor Total
Milton Luiz Saling	1.904	1,00	1.894
Marco Antonio Saling	1.904	1,00	1.894
Miguel Ângelo Saling	1.904	1,00	1.894
Marcelo Duarte Saling	1.904	1,00	1.894
Mauro Antonio Saling	1.904	1,00	1.894
Myron Saling Junior	1.904	1,00	1.894
Total	**11.424**	**1,00**	**11.424**

A Companhia foi constituída sob a forma de Companhia limitada em novembro de 2020. Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia teve sua 1ª alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, através da qual, os sócios decidiram aprovar, sem restrições, a transformação do tipo societário da Sociedade, que passa de sociedade limitada para sociedade por ações, para melhor atender a finalidade e os interesses sociais, com base nos artigos 1.113 e 1.072 do Código Civil e artigo 220 da Lei 6.404/76.

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os lucros apurados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas do capital, exceto se, havendolucro, deliberarem os sócios levarem ao patrimônio líquido da Companhia para posterior utilização. Em comum acordo os sócios aprovaram em 2021 a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R$ 17.849 (R$ 13.632 em 2020) e distribuição de dividendos nomontante de R$ 44.910 (R$ 8.578 em 2020). Não houve pagamento de juros sobre capital próprio em 2021 e foram pagos R$ 44.910 referente a dividendos.

d. Reserva de subvenção

Reserva constituída no valor de 31.618 (R$ 36.697 em 2020), a partir do exercício de 2019, após o resultado da consolidação dos benefícios fiscais utilizados pelo Grupo, em observância a Lei Complementar nº 160/2017, que incluiu os parágrafos 3º e 4º no art. 30 da Lei nº 12.973/2014, preceituando que os incentivos e os benefícios fiscais, ou financeiro-fiscais, relativos ao ICMS, de forma geral, são considerados subvenções para investimento.

e. Cisão parcial

Conforme nota explicativa 13, em janeiro de 2021, através do Protocolo e Justificação, foi aprovada, de forma unânime, definitiva e sem quaisquer ressalvas, a cisão parcial da Ferragens Negrão Comercial Ltda, com versão de seu patrimônio líquido à MN8 Locadora de Bens Ltda.. A cisão parcial fez parte de um processo de reorganização da sociedade, cujo objetivo é a segregação de ativo mediante transferência à MN8 de bens imóveis atualmente sob titularidade da Ferragens Negrão. Os imóveis cindidos foram tiveram a contrapartida no patrimônio líquido no montante de R$ 28.005.

Do mesmo modo, e com o mesmo objetivo, em 01/03/2021 foi feita cisão parcial seletiva da Sertão, transferindo à MN8 o valor de R$ 9.298.

23 Receita líquida de vendas (consolidado)

	2021	2020
Receita bruta		
Revenda de mercadorias	2.637.114	2.292.840
Prestação de serviços	8.511	7.184
	2.645.625	**2.300.024**
(-) Devoluções e abatimentos		
Devoluções de revenda	(48.854)	(44.536)
Descontos incondicionais	(8.329)	(6.769)
	(57.183)	**(51.305)**
(-) Impostos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS ST)	(46.956)	(36.948)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	(213.089)	(196.180)
Programa de integração social - PIS	(38.607)	(39.815)
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(182.516)	(162.126)
Imposto sobre serviços (ISS)	(33)	(228)
IPI a Recolher	(40.173)	(36.171)
Cred. Presumido ICMS Subvenção p/ Investimento	27.848	25.274
	(493.526)	**(446.194)**
Receita líquida de vendas	**2.094.916**	**1.802.525**

24 Custos e despesas (consolidado)

	2021	2020
Custo das mercadorias e serviços	(1.252.069)	(1.128.235)
Gastos com pessoal	(125.879)	(110.332)
Comissões sobre revendas	(101.683)	(90.271)
Fretes sobre revendas	(74.822)	(66.156)
Locações de imóveis e equipamentos	(32.623)	(48.368)
Serviços profissionais de terceiros	(32.756)	(24.685)
Impostos, taxas e demais custas judiciais	(22.152)	(9.823)
Depreciação e amortização	(18.047)	(14.076)
Propaganda e publicidade	(16.641)	(12.669)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.094)	(7.494)
Materiais e insumos	(7.985)	(6.685)
Bonificações comerciais	(10.118)	(8.852)
Manutenção	(9.373)	(10.241)
Despesas com importação	(5.392)	(2.832)
Royalties	(5.444)	(5.542)
Energia elétrica	(3.947)	(3.854)
Despesas com viagem	(3.838)	(1.849)
Seguros sobre cargas	(2.948)	(2.599)
Embalagens e armazenamento e demais materiais	(1.239)	(2.475)
Provisões com despesas administrativas	-	(3.959)
Provisão para perda de estoque sem giro	-	(2.098)
Provisões fiscais	-	(2.761)
Outras despesas operacionais	(17.401)	(1.415)
(-) Créditos fiscais	10.966	9.322
	(1.746.485)	**(1.557.949)**
Função		
Custo das mercadorias e serviços	(1.252.069)	(1.128.235)
Despesas gerais e administrativas	(197.375)	(219.102)
Despesas comerciais	(283.947)	(203.118)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.094)	(7.494)
	(1.746.485)	**(1.557.949)**

25 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crédito Presumido ICMS (ii)	-	-	2.502	5.518
Indebitos tributários (i)	-	-	46.682	15.598
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	(1.076)	4.710
(-) PIS e COFINS s/ outras receitas operacionais	(1.651)	-	(2.224)	(411)
	(1.651)	**-**	**45.884**	**25.415**

(i) O valor é composto, substancialmente, pelo crédito referente ao processo do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, coforme detalhamento da nota 12.

(ii) Ação transitada em julgada em abril de 2020 referente a exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL.

26 Receitas e despesas financeiras (consolidado)

	2021	2020
Encargos financeiros.sobre arrendamento mercantil	(4.650)	(2.911)
Juros sobre empréstimos	(33.703)	(21.857)
Juros sobre fornecedores	(9.541)	(9.352)
Despesas com cartões	(3.503)	(3.287)
IOF e demais taxas	(5.114)	(1.195)
Tarifas bancárias	(129)	(746)
Variação cambial líquida	(10.013)	(35.206)
Outras despesas financeiras	(7.985)	(3.611)
Despesas financeiras	**(74.638)**	**(78.165)**
Descontos obtidos	3.233	2.460
Juros recebidos	7.822	5.943
Outras receitas financeiras	18	8
Rendimento de aplicações financeiras	19.406	4.115
Selic indébitos tributários	6.462	11.145
Variação cambial líquida	12.360	17.744
Receitas financeiras	**49.301**	**41.415**
Despesas financeiras, líquidas	**(25.337)**	**(36.750)**

27 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

a.1 Imposto de renda e contribuição social apurados pelo lucro presumido

	2021	2020
Imposto de renda		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 32%	8.511	27.956
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 8%	99.515	118.393
Base de cálculo presumida	11.762	18.417
Imposto de renda devido	**(2.869)**	**(4.604)**
Contribuição social		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 32%	8.511	27.956
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 12%	99.515	118.393
Base de cálculo presumida	15.743	10.651
Contribuição social devida 9%	**(1.417)**	**(659)**
Outros	**(-)**	**(756)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	**(4.286)**	**(6.019)**

a.2 Imposto de renda e contribuição social apurados pelo lucro real:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	350.616	245.829
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34
Encargo fiscal pela alíquota nominal	**(119.209)**	**(83.582)**
Adições permanentes	**(4.165)**	**(4.106)**
Exclusões permanentes	**42.322**	**12.583**
Credito presumido ICMS subvenção para investimento	10.525	4.679
Juros sobre capital próprio	6.069	4.080
Doações e incentivos	612	1.500
Selic sobre indébitos tributários	16.590	-
Outras exclusões	8.526	2.324
Total	**(81.053)**	**(75.105)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente – lucro real	**(81.448)**	**(101.080)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido – lucro real	**395**	**29.887**
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente – total	(85.734)	(104.992)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido – total	395	29.887

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Ativo		
Provisão para contingências	4.188	4.188
Provisão de estoque	20.096	18.673
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6.020	7.248
Provisão para Comissões sobre Vendas	4.489	13.261
Provisão IPI com processo judicial	51.341	51.102
Provisão Pis e Cofins - ICMS ST	5.810	7.536
Provisão Pis e Cofins	38.848	38.848
Provisões Administrativas	2.585	6.937
Cut-off receita	8.617	6.185
Arrendamento - Bens com Direito de Uso	4.864	2.309
Indébitos tributários	4.145	-
Realização de reserva de reavaliação	81	-
Prejuízo fiscal	10.793	11.553
Adições temporárias	**161.877**	**167.840**
Imposto de renda e contribuição diferidos ativos	**55.038**	**57.066**

Passivo		
(-) Depreciação societária x depreciação fiscal	(2.953)	(1.367)
(-) Indébitos tributários	(10.488)	(19.178)
(-) Provisões temporárias	(708)	(730)
	(14.149)	(21.275)
Imposto de renda e contribuição diferidos passivos	**(4.811)**	**(7.234)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo	**52.806**	**49.832**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, passivo	**2.579**	**-**

28 Partes relacionadas

Composição dos saldos ativos (controladora)

	2021	**2020**
Dividendos a receber (a)	12.894	-
	12.894	**-**

(a) Dividendos a receber destacados na contralada Ferragens Negrão e ainda não liquidados.

Composição dos saldos passivos (controladora)

	2021	**2020**
Juros sobre capital próprio	15.174	-
	15.174	**-**

Composição dos saldos passivos (consolidado)

	2021	**2020**
Juros sobre capital próprio (a)	42.392	31.211
Mútuo com sócios (b)	11.873	11.726
Adiantamento para aumento de capital	180	-
	54.445	**42.937**
Circulante	12.054	11.726
Não circulante	42.391	31.211

(a) Juros sobre capital próprio

Os sócios em comum acordo, aprovaram em 2021 e 2020 a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R$ 17.849 (R$ 13.632 em 2020). Em 2021, houve pagamento no montante de R$ 9.668 referente a juros sobre capital próprio devidos pelas controladas aos antigos acionistas. Não houve pagamento da M12 para os sócios em 2021 referente a juros sobre capital prório, apenas dividendos, conforme detalhes na nota 22.

	2021	2020
Juros s/ capital próprio Marcelo Duarte Saling	6.845	5.009
Juros s/ capital próprio Marco Antonio Saling	7.142	5.300
Juros s/ capital próprio Mauro Antonio Saling	7.336	5.424
Juros s/ capital próprio Miguel Angelo Saling	7.038	5.195
Juros s/ capital próprio Milton Luiz Saling	6.794	4.957
Juros s/ capital próprio Myron Saling Junior	7.237	5.326
	42.392	**31.211**

(b) Mútuos sócios

	2021	2020
Mútuo com sócios registrado na Super Pró (i)	7.791	7.791
Múto com sócios registrados na Ferramentas Kennedy (ii)	4.082	3.934
	11.873	**11.725**

(i) Saldo refere-se a mútuo entre os sócios e a controlada Super Pró para o qual não há contrato estabelencendo os termos e condições. A expectative da administração é que o saldo seja liquidado no longo prazo.

(ii) Contratos de Mútuo firmados entre os sócios e a Companhia, com prazo de vigência de 24 meses, iniciando-se em 25 de junho de 2020 e término em 25 de junho de 2022, com os devidos acréscimos mensais correspondentes à taxa SELIC.

29 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2021			2020
Ativos financeiros não-mensuradosao valor justo	**Nota**	**Valor justo aos instrumentos de hedging**	**Mensurados ao custo amortizado**	**Saldo contábil**	**Saldo contábil**
Caixa e bancos	7	-	8.512	8.512	27.067
Aplicações financeiras	7	-	395.662	395.662	193.499
Títulos e valores imobiliários	8		23.036	23.036	9.035
Contas a receber de clientes	9	-	302.408	302.408	278.635
Outras créditos	-	-	7.829	7.829	5.698
Passivos financeiros					
Fornecedores	17	-	326.916	326.916	291.409
Empréstimos e financiamentos	18	-	478.311	478.311	274.226
Arrendamento mercatil	15	-	43.538	43.538	33.306
Outras obrigações	19	-	39.152	39.152	33.109
Instrumento financeiro derivativo		293	-	293	579

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabele e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras do Grupo.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(ii) Aplicações financeira

O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que o Grupo tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração do Grupo gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco do Grupo encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação do Grupo.

A administração do Grupo gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Até um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	291.409	-	-	291.409
Empréstimos e financiamentos	116.030	85.010	73.186	274.226
Arrendamento mercatil	11.318	11.201	10.787	33.306
Outras contas a pagar	23.424	-	9.685	33.109
	442.181	**96.211**	**93.658**	**632.050**

	Até um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	326.916	-	-	326.916
Empréstimos e financiamentos	185.211	55.517	237.583	478.311
Arrendamento mercatil	14.167	12.934	16.437	43.538
Outras contas a pagar	39.152	-	-	39.152
	565.446	**68.451**	**254.020**	**887.917**

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos do Grupoou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(vi) Risco cambial

O Grupo está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, em sua grande maioria o real (R$), mas também em dólares americanos (USD).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

A seguir demonstramos a exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referentes aos ativos e passivos denominados em dólar americano:

	Reais	
	2021	**2020**
Ativos		
Clientes estrangeiros	586	848
Adiantamento a fornecedor estrangeiro	94.765	27.672
Passivos		
Fornecedores estrangeiros	(77.502)	(11.150)
Empréstimos	(189.053)	(91.828)
Instrumento financeiro derivativo	-	(293)
Exposição cambial líquida ativa (passiva)	(171.204)	(75.559)

	Dólares norte-americanos	
	2021	**2020**
Ativos		
Clientes estrangeiros	104	163
Adiantamento a fornecedor estrangeiro	16.881	5.315
Passivos		
Fornecedores estrangeiros	(13.806)	(2.141)
Empréstimos	(33.677)	(17.637)
Instrumento financeiro derivativo	-	(56)
Exposição cambial líquida ativa (passiva)	(30.498)	(14.357)

(vii) Risco de taxa de juros

O Grupo está expostas à taxas de juros variáveis. A Administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. O Grupo não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros do Grupo, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2021	**2020**
Valor contábil Ativos financeiros		
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	418.698	202.534
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos	(478.311)	(274.226)
	(59.613)	**(71.692)**

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 60% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

(viii) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio.

Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 18)	478.311	274.226
Total de arrendamento mercantil (Nota 15)	43.538	42.113
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	404.174	220.566
Dívida líquida	117.675	95.773
Total do patrimônio líquido	**775.161**	591.584
Total do capital	**892.836**	**687.357**
Índice de alavancagem financeira - %	13%	14%

30 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	**2021**	**2020**
Edificações	50.500	500.000
Mercadorias	629.582	400.000
Máquinas e equipamentos	71.550	100.000
	751.632	**1.000.000**

(a) Danos elétricos: danos materiais causados por danos elétricos a maquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas de qualquer tipo, devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, bem como pela queda de raio.

(b) Vendaval: Prejuízos diretamente causados aos estabelecimento segurado e seu conteúdo por vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo.

31 Transações que não envolvem caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa.

As transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes: Em 2021, O Grupo reconheceu novos contratos referentes ao direito de uso de arrendamento(CPC 06 (R2)) num montante total de R$ 8.894 (R$ 8.941 em 2020).

Foi reconhecida aquisição de investimentos na Ferramentas Kenendy, no valor de R$ 25.545, conforme demonstrado na nota explicativa 1. Desse montante o caixa foi afetado em R$ 2.070 referente a 12º parcela e ao pagamento a vista no valor de R$ 7.791, ocorrido ainda em 2020.

Em 2021, foram reconhecidos créditos tributários referentes ao processo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R$ 50.663 (R$ 24.316 em 2020) (nota 12),e créditos referentes ao pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social sobre valores de atualização Selic sobre indébitos no montante de R$ 16.590 (zero em 2020).

* * *